

O PAPEL DA ÍNDIA no comércio agrícola mundial

Você está recebendo o segundo encarte, de uma série de quatro, que desvendam o setor agrícola do sudeste asiático. A edição passada foi dedicada à China. Na próxima teremos Indonésia e Malásia

Saulo Nogueira, pesquisador do Icone e André Meloni Nassar, diretor geral do Icone

SUMÁRIO

1. Introdução..... 34
2. Desafios do setor agrícola indiano 35
3. Tendências da produção agropecuária 36
4. Fatores de restrição ao crescimento da produção agropecuária..... 38
5. Mudanças fundamentais no consumo de alimentos na Índia 39
6. A barreira da logística entre o campo e o varejo de alimentos 40
7. Conclusão: a política agrícola da Índia e suas implicações para o comércio..... 41



1. INTRODUÇÃO

Na edição de dezembro de 2007 analisamos o papel da China no comércio agrícola mundial. Esta edição traz uma análise de outro gigante na produção agropecuária, a Índia. Gigantismo talvez seja uma das únicas características que aproximem Índia e China na agricultura. A arcaica estrutura de políticas da Índia e o baixo grau de desenvolvimento do setor agroindustrial são os grandes desafios dos indianos que, no caso da China, já foram superados.

A agricultura indiana lembra um carro com motor de alta potência numa corrida automobilística, porém engatado na primeira marcha e atrapalhando os outros carros. Enquanto os setores de serviços e a indústria têm atraído atenção mundial, a agricultura indiana, baseada em subsistência, dependente de intervenção governamental e com um setor agronegócio pouco desenvolvido, causa muito atrito com os países em desenvolvimento que buscam a liberalização comercial agrícola. Sua postura defensiva nas negociações comerciais da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio reflete o resultado da adoção de políticas intervencionistas que distorcem o setor produtivo e que visam a “proteger” seus agricultores. O que se torna claro após uma análise das estratégias de política da Índia é que, embora as políticas sejam voltadas a garantir a sobrevivência dos produtores e o abastecimento de alimentos a baixos preços para os consumidores, ambos perdem no longo prazo. As políticas indianas de subsídios aos insumos, controle de preços ao produtor e ao consumidor e de restrições ao uso da terra, são o mais forte entrave para o desenvolvimento de uma agricultura integrada aos mercados, respondendo a demandas do consumidor e com capacidade de viabilizar-se e de atrair investimentos. Fica claro que essas políticas estão criando um fosso entre o setor varejista, que está se desenvolvendo rapidamente, seguindo as demandas da nova classe consumidora indiana, e o setor agropecuário, que não consegue acompanhar o processo de forma sistemática e integrada.

Este texto mostra que o grande gargalo do setor agrícola da Índia são as políticas agrícolas. A Índia faz uso de instrumentos de política que foram abandonados no Brasil há mais de 20 anos. Já há políticos, consumidores e grupos empresariais indianos que enxergam os efeitos negativos das políticas existentes em seu país e estão lutando para emendá-las. Porém, a batalha não é fácil devido ao atrativo político da retórica de “proteger os 700 milhões de pessoas vivendo na zona rural contra as importações subsidiadas”.

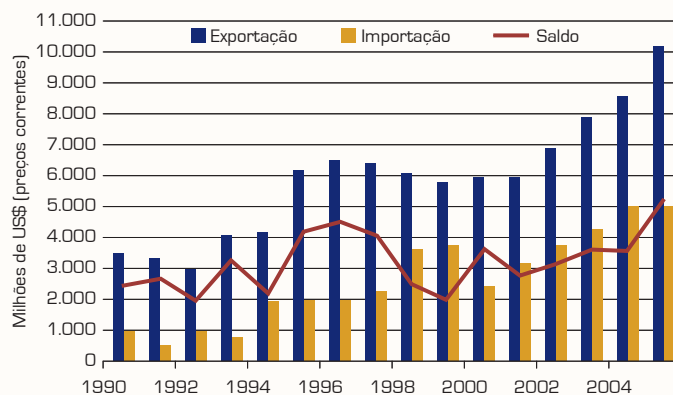
A Índia tem sido o líder dos países em desenvolvimento protecionistas nas negociações da Rodada Doha, organizados em uma coalizão chamada G-33. Os argumentos indianos refletem a dicotomia das políticas do país: garantir renda aos produtores e, ao mesmo tempo, garantir suprimento de alimentos com baixo custo para os consumidores. Sob o argumento de que os países em desenvolvimento têm o direito de

ser soberanos na segurança alimentar, e que a sobrevivência dos meios de subsistência dos pequenos produtores não pode ser ameaçada pelo comércio internacional, o país defende na Rodada a criação de mecanismos para evitar a abertura comercial do seu setor agrícola (produtos especiais e mecanismo de salvaguardas especiais para países em desenvolvimento). Esses mecanismos são objeto de grande preocupação para o agronegócio brasileiro. Além disso, a Índia já mostrou ser capaz de usar políticas que distorcem o mercado internacional por meio de subsídios às exportações. A bola da vez é o açúcar, mas o país já havia subsidiado as exportações de trigo no início dos anos 2000.

Realmente, a Índia tem sido um dos principais defensores das flexibilidades nas fórmulas de abertura comercial agrícola na Rodada Doha, o que certamente poderá prejudicar, ou até anular, os ganhos das negociações comerciais. O objetivo do governo indiano é aumentar as exportações agrícolas do país e manter controle sobre as importações, facilitando apenas a entrada dos produtos cuja produção nacional não atende à demanda.

De outro lado, o baixo nível de desenvolvimento do setor também apresenta oportunidades de comércio e investimentos estrangeiros. Como elaborado no decorrer do texto, a infraestrutura precária requer muito investimento para adaptar a logística de alimentos aos produtos sensíveis às altas temperaturas. Os sistemas de gerenciamento de transporte, de armazenagem e distribuição de alimentos também podem ser “importados” por empresas estrangeiras, pois as nacionais não têm conhecimento ou experiência na área. As multinacionais do varejo alimentício já estão investindo na cadeia produtiva desde o campo até os supermercados. Cabe saber se esta será a tendência nos próximos anos, ou se o governo ou as cooperativas investirão nessa área também. No entanto, tudo indica que nesse ritmo as empresas estrangeiras terão oportunidades para investir nas áreas de serviços agrícolas, assim como na logística de alimentos perecíveis do campo até as cidades, assim como na área de varejo, praticamente inexistente nas cidades.

Crescimento do comércio agrícola



Fonte: Ministério de Comércio e Indústria, Índia. Departamento de Comércio

Uma outra oportunidade está relacionada ao tema dos biocombustíveis. Diante de um cenário de crescimento do consumo de alimentos e de biocombustíveis, na medida em que o país está adotando misturas de biodiesel e etanol crescentes nos combustíveis fósseis, a demanda por terra e água para agricultura na Índia deverá ser intensificada no futuro. No entanto, o país carece de ambos os recursos naturais. Ainda há incertezas se a Índia vai importar alimentos e utilizar mais terra para produzir biocombustíveis ou se vai optar pelo modelo oposto. No entanto, fica claro que ela será obrigada a importar *commodities* agrícolas em volumes maiores do que tem importado até hoje.

2. DESAFIOS DO SETOR AGRÍCOLA INDIANO

Com um meio rural onde ainda vivem cerca de 700 milhões de pessoas, o baixo nível de desenvolvimento do setor agrícola indiano causa surpresa para um expectador externo. Um mergulho no setor agrícola do país nos faz perguntar como uma agricultura de subsistência - com um nível muito baixo de industrialização e mecanização, sem cadeias de suprimento de alimentos organizadas para o setor varejista, que não possui um mercado de terras desenvolvido, que a distribuição dos lotes de terra foi toda administrada pelo Estado, onde sistemas de arrendamentos estão sujeitos a fortes restrições legais - será capaz de produzir os alimentos demandados por uma crescente classe com poder de consumo que, segundo estimativas, passará dos atuais 40% dos domicílios para 60% nos próximos dez anos.

A agricultura indiana vive um momento de mudanças e de reflexão sobre o futuro das suas políticas agrícolas. Os grupos que reconhecem que o agronegócio indiano precisa se desenvolver respondendo às novas demandas do consumidor urbano, sendo capaz de organizar cadeias de suprimento para o setor varejista, pedem por reformas profundas nas políticas agrícolas e nas legislações que inibem investimentos e impedem a integração dos produtores no mercado livre. Essa é a posição dos grupos organizados agrícolas. Da parte dos políticos e do governo indiano, entretanto, as resistências em reformar o modelo atual e desregular os mercados de produtos agrícolas são enormes. A importância dos mercados públicos regulamentados na Índia é tão grande que eles têm um nome de batismo na língua local: *mandis*. Assim, a Índia vive um momento de reflexão sobre suas estratégias de política, sendo crescente a percepção de que as políticas precisam ser reformadas, mas os formuladores de política, preocupados com o peso político de milhões de agricultores, querem evitar ao máximo que as reformas promo-

vam êxodo rural e levem a uma marginalização ainda maior de agricultores não-eficientes.

O Ministério de Agricultura terá de tomar decisões importantes e complicadas nos próximos anos. Por influenciar diretamente cerca de 58,4% da força de trabalho da Índia (268 milhões de habitantes), as políticas agrícolas requerem muito cuidado na sua formulação. Até hoje, a estratégia foi suportar a produção agrícola com pesados subsídios para compra de insumos (fertilizantes, irrigação e sementes), visando a incentivar o produtor a adotar tecnologia e, assim, aumentar a produtividade, e um sistema de preços mínimos acoplado a compras governamentais com o objetivo de garantia de renda. Essas políticas incentivaram os produtos cobertos pela política (cereais para alimentação, feijões, algodão e açúcar) que passaram a predominar na produção agrícola.

Ao mesmo tempo, as restrições legais quanto ao uso, distribuição e arrendamento de terras afeta adversamente os investimentos, sobretudo aqueles de longo prazo. Esse é um dos maiores entraves para que o crescente varejo consiga organizar cadeias de suprimento. Reformas nas legislações que restringem o uso da terra e a desregulamentação dos mercados públicos é condição necessária para desenvolver o setor agrícola indiano. As políticas atuais não oferecem os incentivos necessários para o produtor rural atender às novas demandas do público urbano com maior poder de consumo, que busca alimentos com maior valor agregado.

Existe uma idéia de investir na produção agrícola de alto valor agregado para amenizar o êxodo rural e melhorar a renda dos agricultores familiares. Essa proposta, no entanto, exige muitos investimentos e um tempo de adaptação, e pode não ser capaz de atender às necessidades da população urbana indiana, mesmo que conte com o apoio dos políticos protecionistas. O desenvolvimento de políticas de estímulo à produção de produtos de valor agregado, por sua vez, não deverá ser acompanhado por reformas substanciais na política de sustentação de preços e renda. As posições protecionistas da Índia na Rodada Doha comprovam que o país não tem interesse em assumir compromissos na OMC que o levem a reformar suas políticas tradicionais. Essa reforma pode até ocorrer, mas será feita por pressões e incentivos internos.

As distorções causadas pelos instrumentos de política (subsídios a insumos e preços garantidos) incentivaram o crescimento da produção de alguns produtos em detrimento de outros. O caso típico são as oleaginosas. Os indianos são grandes consumidores de óleos vegetais, mas não foram capazes de desenvolver a produção de soja e palma para atender à demanda local. A necessidade de importar certos itens para atender à demanda interna indica que a Índia provavelmente terá de continuar importando certos produtos durante o período de reforma do setor. Ademais, o risco crescente de falta de recursos naturais ameaça a produção agrícola indiana, tornando assim a oferta do exterior mais importante.

3. TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A agricultura tem sido a preocupação dos políticos indianos devido ao seu baixo desempenho na última década e a enorme ocupação de mão-de-obra alocada no setor. O governo indiano tinha metas de crescimento de 4% ao ano no setor agrícola que não foi cumprida. O resultado é que o setor vem perdendo participação no PIB total. Era 31% em 1992 e caiu para 20% em 2005. A tendência de queda na participação era esperada na medida em que outros setores mais dinâmicos na economia tendem a crescer com maior vigor. A maior preocupação do governo, no entanto, é o fato de que quase 60% do nível total de emprego ainda está na agricultura, mostrando que há um desequilíbrio entre a geração de riqueza no setor e a ocupação de pessoas. Assim, políticas orientadas para gerar emprego no setor não terão sucesso.

A composição da produção agrícola mudou entre 1992 e 2005: a pecuária cresceu de 23% para 26%, frutas e legumes cresceram de 13% para 16% enquanto os outros produtos, incluindo os cereais para alimentação, caíram de 60% para

53%. Isso mostra a crescente importância dos produtos de alto valor agregado. De outro lado, a baixa atuação dos setores de grãos, cereais e oleaginosas deve-se, entre outros fatores, à falta de terra e às baixas produtividades, a despeito dos subsídios para insumos. Devido ao tamanho populacional e às políticas de distribuição de terras, todas as terras cultiváveis estão ocupadas por pequenos agricultores. Portanto, a estrutura fundiária indiana é caracterizada por pequenas propriedades familiares, com tamanho médio de 1,4 hectare. Certamente a alta eficiência na produção agrícola torna-se algo impossível nessas condições.

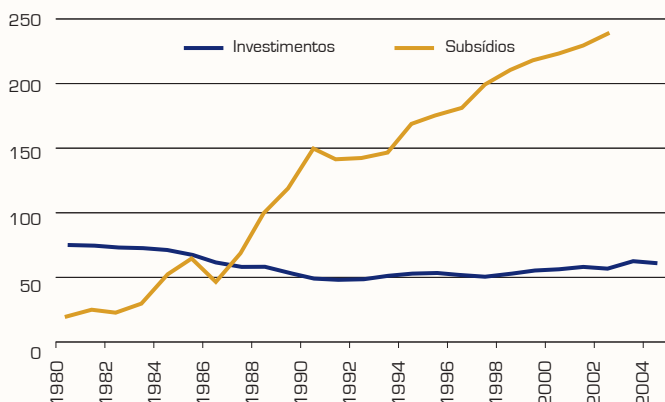
O setor pecuário na Índia se concentra na produção de leite, carne de búfalo e carne de frango. Os maiores gargalos para a produção pecuária são a logística e a falta de cadeia de frio para conservação e embalagem das carnes, além dos controles sanitários e fitossanitários que garantam a segurança dos alimentos. A produção de frango tem crescido num ritmo elevado nos últimos anos, chegando a 1,9 milhão de toneladas em 2005, enquanto a de carne de búfalo cresce num ritmo estável, tendo alcançado 1,5 milhão de toneladas em 2005. Enquanto um quarto de toda produção da carne de búfalo é exportado, o mesmo não

Contribuição por setor no PIB da agricultura e da pesca (1992-93 e 2005-06)



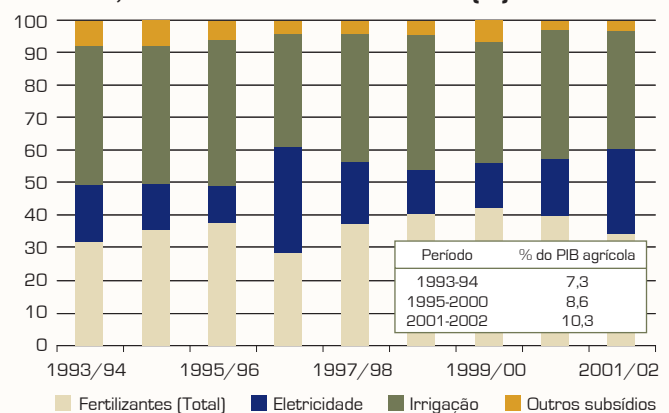
Fonte: Central Statistics Organization (CSO), 2007

Investimentos e subsídios na agricultura indiana (bilhões de rupias, preços de 1993-94)



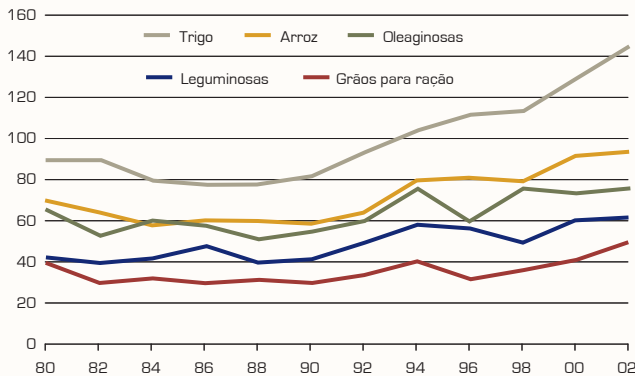
Fonte: Gulati and Narayanan (2003) e National Account Statistics

Distribuição dos subsídios aos insumos (%)



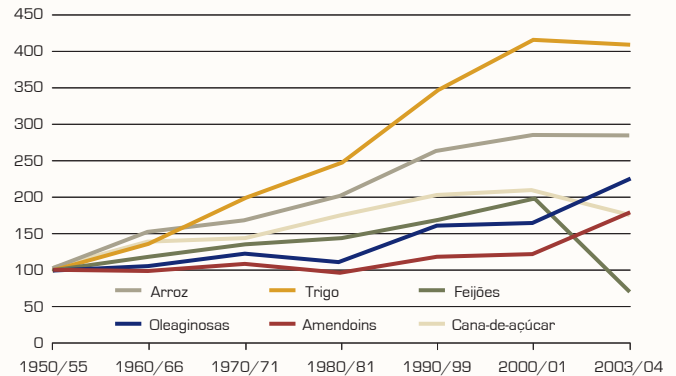
Fonte: Gulati and Narayanan (2003)

Valor dos subsídios por hectare para os produtos agrícolas (mil rupias/ha)



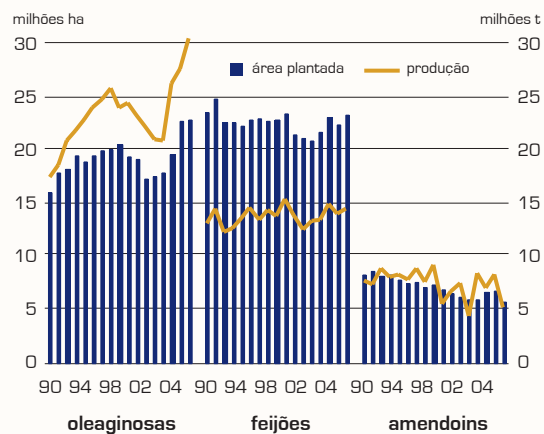
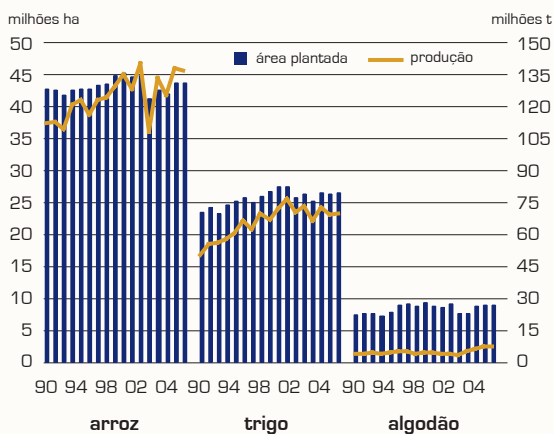
Fonte: Connell, et al. (2004)

Evolução da produtividade (base 100=1950-55)



Fonte: Mittal (2006)

Produção e área plantada de cereais e outros



Fonte: Fao

ocorre com o frango, com baixa exportação, devido ao custo em comparação ao mercado internacional. Com exceção dos peixes, essas são as principais carnes consumidas. O consumo dessas carnes deverá aumentar devido a mudanças na dieta do consumidor indiano, que deverá se aproximar dos hábitos ocidentais, e também à chegada das próximas gerações, em que a influência religiosa tende a ser amenizada.

As políticas agrícolas indianas das últimas décadas focaram o abastecimento dos principais cereais consumidos pela população: arroz e trigo. Os especialistas indianos argumentam que os subsídios de preço mínimo ofereceram um apoio exagerado aos agricultores, ao ponto de eles não se esforçarem para aumentar a produtividade, pois a renda garantida é razoável. Podemos perceber o resultado dessas políticas quando verificamos que a produção de outros produtos importantes na dieta indiana, como feijão e oleaginosas, não acompanhou a demanda nacional, tanto é que o país precisa importar os dois itens.

A análise da área plantada dedicada aos dois principais produtos da cesta básica, arroz e trigo indica que a área se estabilizou a partir dos anos 90. O feijão e o amendoim, ou-

tros dois produtos da cesta básica, apresentam tendência de queda na área e na produção. Tendência inversa é observada no algodão, que passa a se expandir nos anos recentes, e nas oleaginosas, que tiveram o melhor desempenho entre todos os produtos. Com exceção das oleaginosas, não houve ganhos relevantes de produtividade no período de 1990 a 2006. Esses dados comprovam que as políticas de suporte ao uso de insumos não estão surtindo efeito em termos de ganhos de produtividade e eficiência produtiva.

A produtividade na Índia é baixa pelos padrões mundiais. Por exemplo, arroz, trigo, milho, algodão e oleaginosas tiveram produtividade abaixo da média mundial em 2005-06. Enquanto a diferença entre a produtividade indiana e a mundial é pequena no trigo e arroz, o índice chega a ser menos da metade nos casos do milho e das oleaginosas: 2 toneladas de milho por hectare na Índia contra 5 no mundo, e 1 tonelada de oleaginosas por hectare na Índia contra 2 no mundo.

Um fator que influencia as decisões de plantio agrícola é a restrição à comercialização dos produtos nos estados onde são cultivados e seu transporte para outros estados. Duas políticas

criam esse problema: a Essential Commodities Act (ECA), que restringe a venda de produtos em outros estados, e a Agricultural Produce and Market Committee Act (APMC), estabelecida nos anos 60, que exige que os agricultores vendam seus produtos nos mercados públicos regulados, isto é, mercados controlados. A idéia por trás dessa política é de que ela evitaria investimentos do setor privado, visando a unir os produtores nos canais de comercialização. Para tentar controlar a produção, movimentação e venda dos grãos, o governo criou o FCI (Food Corporation of India) para comprar alimentos, armazená-los e vendê-los com preços subsidiados nas lojas do Sistema Público de Distribuição. A estatal fornece os grãos para os estados onde a produção não supre a demanda, usando os estoques em excesso dos estados produtores. Essas políticas estão sendo alteradas paulatinamente, visando a flexibilizar o mercado de alimentos.

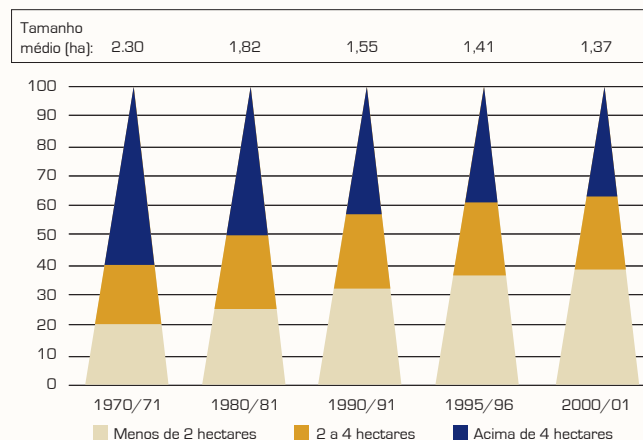
4. FATORES DE RESTRIÇÃO AO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A Índia enfrenta um problema crescente de escassez de água e terra que, dizem especialistas indianos, será um limite para a expansão da capacidade produtiva. A falta de terra é devido ao tamanho da população que vive predominantemente nas zonas rurais. As políticas de distribuição de terras levaram as famílias rurais a viverem em terrenos agrícolas cada vez menores, espalhados pelo território, deixando pouco espaço para expansão.

Durante a Revolução Verde, o governo subsidiava, incentivava e distribuía gratuitamente fertilizantes a fim de aumentar a produtividade. Essa política continuou durante os anos e permanece até hoje, apesar de oferecer menos incentivos. O resultado foi o abuso no uso de fertilizantes pelos milhões de agricultores, muitas vezes sem noção dos possíveis efeitos colaterais para o solo a longo prazo. Existem hoje regiões onde a terra tornou-se menos produtiva e seus aquíferos estão contaminados. Mesmo com as iniciativas governamentais de educar os agricultores no uso moderado dos fertilizantes, grande parte das fazendas de subsistência continua despejando quantidades absurdas deles com a esperança de recuperar a fertilidade do seu solo.

Os recursos hídricos também estão sendo exauridos pelos agricultores, que contam com subsídios para a compra de bombas elétricas para extrair água do subsolo, sem precisar pagar por elas. Essa política, mesmo tendo uma função de levar água aos agricultores familiares pobres, tem tido também repercus-

Evolução da estrutura fundiária na Índia (%)



Fonte: Censo Agrícola Índia

sões danosa nos aquíferos da Índia. Foram registradas quedas de até 5 metros por ano nos níveis dos poços de água em vários estados nos últimos anos. Os jornais relatam inúmeros casos de agricultores suicidas que não conseguiam manter suas plantações por falta de água.

Alguns acham que será preciso cobrar taxas pelo uso da água e eletricidade, pois atualmente não são cobertos nem 20% do custo de distribuição de água e 10% dos custos da eletricidade. No caso dos fertilizantes, o subsídio, pago diretamente à indústria de fertilizantes, cobre metade do custo do produto, permitindo assim ao agricultor comprar pela metade do custo de mercado.

O problema da água torna-se mais crítico nas grandes lavouras dependentes de irrigação, localizadas em regiões com pouca chuva. As regiões no Norte e Nordeste da Índia também sofrem devido ao efeito das monções, períodos de chuva intensa, que prejudicam a lavoura. Além disso, as regiões com recursos hídricos poluídos ou ameaçados ficam nas áreas agrícolas mais produtivas, como Uttar Prades e Maharashtra. Os três estados, Uttar Pradesh, Rajasthan e Punjab, cujos recursos hídricos têm alta poluição e risco de escassez, representam 28% da produção nacional.

O último fator de restrição à expansão da produção agrícola indiana é a estrutura de produção. A maioria das propriedades agrícolas indianas é de menos de 2 hectares. O tamanho médio das propriedades em 2000 era de 1,37 hectare, tamanho que impede a produção eficiente em larga escala. Somente cinco dos 28 estados indianos permitem aos agricultores arrendar suas terras. Alguns estados permitem o arrendamento em situações específicas, enquanto outros estão propondo mudanças nas suas legislações a fim de facilitar o arrendamento de terras agrícolas. Isso permitiria uma produção agrícola com propriedades de maior tamanho, elevando a rentabilidade de alguns produtos e permitindo ganhos de eficiência na produção.

Os problemas de falta de terra e água poderiam ser amenizados com a melhoria do uso da terra por meio da utilização da rotação no cultivo ou de produtos que requerem menos terra. No caso da água poluída, haverá dificuldade de despoluir os rios e aquíferos. Mesmo assim, o uso da água de poço pode ser mais bem controlado, assim como restrições podem ser aplicadas no uso de fertilizantes nas áreas irrigadas, visando a minimizar as chances de poluir os aquíferos. As autoridades enfrentam grandes dificuldades em efetuar tais políticas devido ao costume de fornecer água gratuitamente e devido à baixa escolaridade dos agricultores, menos capazes de pensar nos efeitos de longo prazo das práticas atuais de cultivo.

5. MUDANÇAS FUNDAMENTAIS NO CONSUMO DE ALIMENTOS NA ÍNDIA

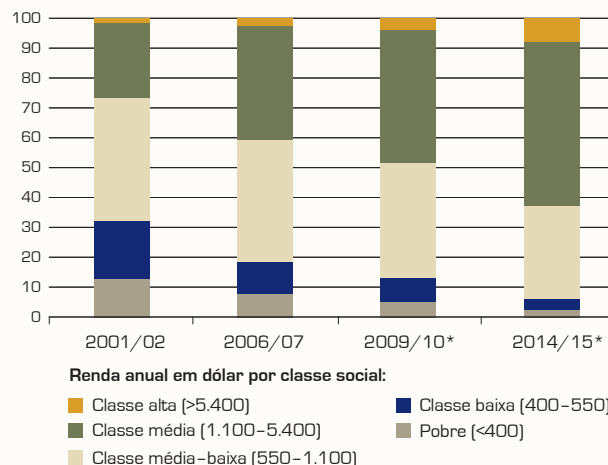
A dieta indiana é interessante por ser peculiar e ter influência cultural da religião predominante no país, o hinduísmo. Carnes não devem ser consumidas e, assim, a população precisa buscar proteína em outras fontes, como as leguminosas (feijão, soja etc.) e lácteos. Assim, os principais itens consumidos pela massa da população são o arroz e os legumes, ambos servidos quentes (no Norte do país o trigo substitui o arroz). No entanto, essa dieta tem mudado paulatinamente na zona rural, e com rapidez nas cidades. Entre 1983 e 2005, os gastos com alimentos caíram nas duas zonas, representando uma parcela menor dos gastos totais dos domicílios indianos.

A participação dos cereais caiu nas zonas rural e urbana enquanto os lácteos, legumes, ovos, pesca e carnes cresceram de importância. Isso reflete a diversificação das dietas urbanas e rurais, onde a população busca se alimentar com uma maior variedade de produtos, cujo acesso foi melhorado devido ao aumento de renda. Esse fenômeno, chamado de efeito graduação, pelo qual a maioria dos países da América Latina já passou, está evidente na Índia onde a renda *per capita* vem crescendo rapidamente nos últimos anos.

Mesmo que comer carnes seja um tabu para algumas castas hindus, uma parcela cada vez maior dos indianos começou a incorporá-las às suas refeições. Enquanto quase ninguém consome a carne bovina ou suína, as carnes de búfalo e de frango são consumidas. O consumo de frango cresceu duas vezes no campo entre 1993-94 e 2004-05 e três vezes nas zonas urbanas durante o mesmo período. Enquanto o consumo anual de frango *per capita* era de 0,2 kg em 1980, em 2005 esse valor cresceu para 1,8 kg.

Então, se por um lado os cereais tiveram uma participação menor com o passar do tempo nas zonas rural e urbana, por

Crescimento da classe com poder de consumo (%)



Fonte: Government of India, 2005, NCAER. *Previsão

Gastos com alimentos nas zonas rural e urbana

	Participação no gasto total com alimentos (%)			
	Rural		Urbano	
	1983	2004-05	1983	2004-05
Cereais, feijão etc.	55,3	38,7	38,6	29,0
Lácteos	11,5	15,4	15,7	18,6
Ovos, pesca e carne	4,6	6,0	6,1	6,4
Legumes	7,2	11,1	8,4	10,5
Frutas e nozes	2,1	3,4	3,6	5,3
Outros	19,3	25,4	27,6	30,2
Parcela dos gastos com alimentos no gasto total	65,6	55,0	59,1	42,5

Fonte: NSSO (2006)

Projeção de demanda por alimentos (em milhões de toneladas)

	2000	2015	2025	Crescimento de 2000 a 2025 (%)
Grãos	169,2	199,6	214,7	26,9
Oleoginosas	8,0	10,6	12,1	51,3
Legumes	60,8	106,3	139,1	128,8
Frutas	39,1	69,3	91,5	134
Leite	66,6	111,3	142,4	113,8
Carne	4,5	8,9	12,4	175,6
Ovos	1,5	2,9	4,1	173,3
Pesca	5,4	10,7	14,8	174,1

Fonte: Kumar, 2007

outro, os demais alimentos tiveram uma participação maior nos gastos alimentícios, entre eles lácteos, ovos, carnes, legumes, frutas. A parcela dos gastos totais dos domicílios com alimentos caiu nas zonas rurais e urbanas graças ao aumento na renda total. A demanda é marcante em todos os itens, especialmente nas carnes, frutas e legumes, com crescimento acima de 130% em 25 anos.

A população urbana tem crescido rapidamente na Índia, passou de 219 milhões em 1990 para 323 milhões em 2005, e a sua parte com renda mais elevada tem demandado alimentos de maior valor agregado e processados de fácil preparação. A razão principal é o estilo de vida urbana, que oferece menos tempo para refeições e por causa da vontade de consumir alimentos mais consumidos no Ocidente. Em linha com esse raciocínio, a população urbana quer ter acesso a lojas de alimentos mais modernas, como supermercados. Até recentemente, não existiam supermercados no país, e os alimentos, principalmente grãos e legumes, eram vendidos em pequenas lojas distribuídas pelas cidades, com uma infra-estrutura básica, sem refrigeração. A dieta indiana valoriza as refeições feitas com ingredientes frescos, portanto as compras são de pequenas quantidades e com muita frequência. No entanto, com o crescimento de renda, as famílias indianas estão conseguindo comprar geladeiras e, portanto, podem comprar alimentos congelados e refrigerados.

Em 2005 surgiram os primeiros supermercados, localizados em Nova Deli e Calcutá e, desde então, lojas estão surgindo rapidamente em várias cidades país afora. Os consumidores indianos estão se acostumando com as modernas formas de varejo, em que o cliente pode encontrar uma maior variedade de alimentos, com embalagens mais elaboradas. Uma área de forte crescimento são os investimentos estrangeiros na área de varejo de alimentos, assim como na logística da cadeia de fornecimento dos produtos das fazendas até o consumidor final.

6. A BARREIRA DA LOGÍSTICA ENTRE O CAMPO E O VAREJO DE ALIMENTOS

Diretamente ligado ao crescimento de consumo de alimentos diferenciados pela população urbana está a questão da logística entre as fazendas e o varejo nas zonas urbanas. Devido à tradição de comer produtos que não precisam ser congelados ou mantidos em temperatura baixa, a logística dos produtos agrícolas nunca se preocupou com refrigeração. Muitas vezes os legumes são transportados em caminhões abertos, que percorrem centenas de quilômetros até às cidades. Ademais, os produtos são embalados nas condições mais precárias, sendo comum o

uso de jornal velho para embrulhar as frutas ou legumes antes de carregar os veículos de transporte rodoviário ou ferroviário.

Isso foi um problema para as primeiras redes multinacionais de varejo de alimentos, pois precisavam transportar os alimentos e preservar a sua qualidade até as gôndolas dos supermercados. Essas empresas precisaram importar caminhões com refrigeração e usar embalagens mais condizentes com os produtos de maior valor agregado que estavam querendo vender nas cidades indianas.

Hoje, existe maior clareza sobre a demanda por transporte refrigerado, e algumas empresas estão investindo para montar esses caminhões dentro do país para não precisar importá-los. No entanto, somente as multinacionais tomam essa iniciativa e as empresas indianas devem demorar mais tempo para investir em uma logística adequada para esse tipo de mercadoria. Com as atuais taxas de perda de alimentos durante o transporte até chegar às lojas, os revendedores de atacado e as transportadoras continuam operando com custos pesados e, assim, mantendo os preços dos produtos finais bastante elevados.

O governo tem incentivado melhorias no setor de processamento de alimentos, oferecendo reduções nos impostos dos investimentos no setor, na importação de refrigeradores e de produtos para logística até o varejo. Em relação a venda de alimentos entregues nos domicílios, o número de estabelecimentos cresceu de 30% para 70% de 2005 para 2006, enquanto suas vendas subiram de 15% para 42%. No varejo de alimentos o crescimento foi diferente: o número de estabelecimentos caiu de 100 para 62, sua presença subiu de 18% para 70%, e suas vendas de 8% para 42% no mesmo período. Fica claro que o varejo organizado está em plena ascensão e resta saber se o sistema logístico vai acompanhar esse ritmo.

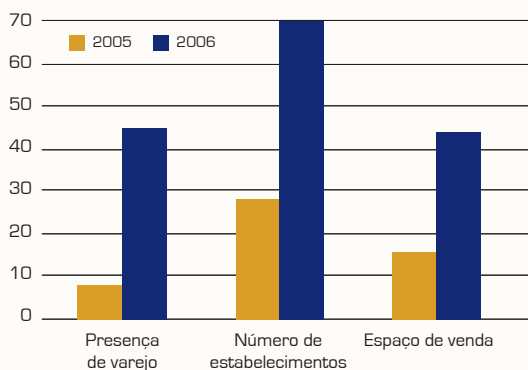
Os lácteos e a carne de búfalo já têm um nível relativamente alto de processamento, enquanto os outros produtos apresentam níveis mais baixos. No entanto, a situação deverá mudar até 2015, quando 15% das frutas, 20% da pesca e 25% do frango deverão ser processados antes de ser vendidos para os clientes finais. Os produtos processados precisam de uma logística própria para mantê-los em temperaturas baixas.

Processamento de alimentos

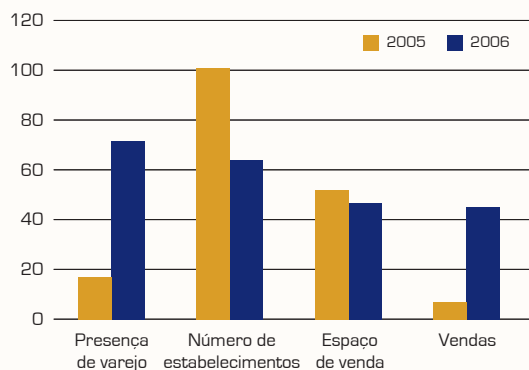
	Nível de processamento [%]		
	2003-04	2009-10	2014-2015
Frutas e Legumes	1,4	10	15
Lacteos	13	25	30
Carne de buffalo	21	35	45
Frango	6	15	25
Pesca	8	15	20

Fonte: "Vision, Strategy and Action Plan for Food Processing Industries in India , Volume I", Government of India , April 2005

Crescimento do varejo de alimentos na Índia (%)



Serviços *delivery*



Varejo de alimentos organizado

Fonte: Images F&R Research, India Retail Report, 2007

7. CONCLUSÃO: A POLÍTICA AGRÍCOLA DA ÍNDIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O COMÉRCIO

No último plano quinquenal (Five-Year Plan), de 2002 a 2007, o governo planejou aumentar os investimentos na infra-estrutura, tanto para abastecer a população rural quanto para escoar produtos para as cidades. Porém, o Ministério de Agricultura indica que os investimentos foram abaixo do esperado. O relatório do plano quinquenal afirma que insumos subsidiados causaram problemas ambientais e consumiram recursos que deveriam ser aplicados no setor como um todo, isto é, em serviços gerais.

No atual plano quinquenal, de 2007 a 2012, uma das metas do governo é o crescimento anual do setor agrícola em 4%, visando a garantir uma melhora na distribuição de renda no meio rural. Essa meta indica que o governo está priorizando a agricultura nos próximos anos e deve continuar aplicando os subsídios necessários para garantir a renda setorial. Apesar do plano ainda estar em formulação, os relatórios das comissões indicam que será necessário:

- reformular as políticas de comercialização interna dos produtos agrícolas;
- melhorar as legislações sobre cooperativas e contratos de produção atrelados à indústria de processamento;
- investir mais na logística do campo até a cidade, especialmente no transporte e na estocagem com refrigeração.

As políticas de garantia de renda e preço, aliadas às políticas de subsídios dos insumos (sementes, eletricidade, fertilizantes e água para irrigação), devem ser motivo de atenção pelo agonegócio brasileiro. Apesar de a Índia não ser um tradicional exportador de alimentos, com a exceção de arroz, a condição pode mudar em breve, sobretudo porque o país se vale de subsídios às exportações quando há necessidade de escoar os estoques para o mercado mundial. Esses foram os casos do açúcar e do trigo. Recentemente, o governo indiano passou a exportar

grandes volumes de açúcar refinado com suporte de subsídios estaduais e federais.

Outra política introduzida em 2005, chamada de VKGUY (Vishesh Krishi and Gram Udyog Yojana) oferece incentivos para a exportação de, entre outros, frutas, legumes e lácteos e frango. Dessa forma, esses produtos devem ser exportados em níveis superiores nos próximos anos, em linha com as políticas de incentivos à exportação.

De outro lado, a postura do governo indiano ainda é a de proteger o setor agrícola por meio de vários incentivos para garantir a renda dos agricultores, além de fornecer subsídios para a exportação de produtos de maior valor agregado e manter o mercado interno protegido por elevadas tarifas de importação. Mesmo que isso tudo seja de interesse da economia indiana, os consumidores perdem no curto prazo, e os gastos públicos devem ser maiores que os benefícios para o setor, é uma política que custa caro para os contribuintes de impostos indianos. Assim, as únicas grandes oportunidades que permanecem para os estrangeiros são os investimentos no setor agrícola, da logística até o varejo de alimentos.

Outra área de preocupação para a agricultura brasileira é a postura indiana nas negociações da Rodada Doha, que reflete suas intenções de garantir mecanismos para proteger seus agricultores. Isso tem gerado conflitos entre os governos do G-20 – liderado pelo Brasil – e do G-33 – composto por países protecionistas – na tentativa de inclusão de políticas de salvaguardas a produtos especiais, que freiam o comércio de produtos selecionados por país. Devido às razões já mencionadas, o governo indiano deve continuar a rejeitar mudanças nas políticas agrícolas. No entanto, a pressão do consumidor indiano, o agravamento das restrições à produção agrícola e a reestruturação do setor devem forçar o governo a mudar sua postura a médio e longo prazos.

Baseado no documento *Overview of Agri-Food Structure, Trade and Policies in India*, de Ashok Gulati, no contexto do projeto, coordenado pelo Icone, da Rede Latino-Americana e Asiática de Inteligência em Agricultura e Alimentos. O sumário executivo e o texto na íntegra estarão disponíveis no site www.iconebrasil.org.br a partir de fevereiro de 2008.